



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 2

I Sessão Legislativa

Horta, Terça-feira, 18 de Novembro de 2008

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes*

Sessão Solene de tomada de posse do X Governo da Região Autónoma dos Açores.

Sumário

(Os trabalhos tiveram início às 14 horas e 45 minutos)

Na presença do Sr. Representante da República, do Sr. Ministro da Administração Interna, dos Deputados à Assembleia da República, do Sr. Bispo de Angra, dos Deputados Regionais, do Presidente da Câmara Municipal da Horta, de Autoridades Cívicas e Militares e de outros convidados, tomou posse, perante a Assembleia Legislativa, o X Governo da Região Autónoma dos Açores.

Após o auto de posse do Presidente do Governo Regional (*Carlos César*), tomaram posse o Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*), o Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*), a Secretária Regional da

Educação e Formação (*Maria Lina Mendes*), o Secretário Regional Ciência, Tecnologias e Equipamentos (*José Contente*), o Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*), a Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*), o Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*), o Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*), o Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*), o Subsecretário Regional Adjunto dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa (*Rodrigo Oliveira*) e o Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*).

Após os discursos do Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e do Presidente do Governo Regional dos Açores, foi declarada encerrada a Sessão.

(Os trabalhos terminaram às 16 horas e 45 minutos)

Presidente: Boa tarde Sras. e Srs. Deputados.

(Eram 14 horas e 45 minutos)

Vamos proceder à chamada que dará início à Sessão Solene da Assembleia Legislativa Regional dos Açores, na sua IX Legislatura para, de acordo com o nº 5 do artigo 231º da Constituição da República Portuguesa, conferir posse ao X Governo da Região Autónoma dos Açores.

Peço ao Sr. Secretário da Mesa que proceda à chamada.

Procedeu-se à chamada à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Socialista (PS)

Alexandre Rui Carvalho Pascoal Albuquerque **Silva**

Ana Luísa Pereira **Luís**

Bárbara Pereira Torres de Medeiros **Chaves**

Berto José Branco **Messias**

Catarina Paula Moniz **Furtado**

Cláudia Alexandra Coelho Cardoso Meneses da **Costa**

Diana Rosa Ávila **Valadão**

Domingos Manuel Cristiano Oliveira **Cunha**

Duarte Manuel Braga **Moreira**

Duarte José Botelho da **Ponte**

Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**

Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral

Guilherme de Fraga Vicente **Nunes**

Helder Guerreiro Marques da **Silva**

Hernâni Hélio **Jorge**

Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**

José Manuel Gregório de **Ávila**

José Gaspar Rosa de **Lima**

José de Sousa **Rego**

José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa

Lizuarte Manuel **Machado**

Luís Paulo de Serpa **Alves**

Manuel Avelar Cunha Santos

Manuel **Herberto** Santos da **Rosa**

Manuel Soares da **Silveira**

Maria da **Graça** Lopes **Teixeira**

Nélia Maria Pacheco **Amaral**

Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano

Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**

Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)

Aida Maria Melo Amaral Reis dos **Santos**

António Maria Silva **Gonçalves**

António Augusto Batista Soares **Marinho**

António Pedro Rebelo **Costa**

António Lima Cardoso **Ventura**

Carla Patricia Carvalho **Bretão** Martins

Cláudio Borges **Almeida**

Cláudio José Gomes **Lopes**

Clélio Ribeiro Parreira Toste **Meneses**

Jaime António Silveira *Jorge*

João Luís Bruto da Costa Machado da **Costa**

Jorge Alberto da **Costa** **Pereira**

Jorge Manuel de Almada **Macedo**

José Manuel Cabral Dias **Bolieiro**

Luís Carlos Correia **Garcia**

Mark Silveira **Marques**

Pedro António de Bettencourt **Gomes**

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira **Ramos**

Partido Popular (*CDS/PP*)

Abel Jorge Igrejas **Moreira**

Artur Manuel Leal de **Lima**

Luís Virgílio de Sousa da **Silveira**

Paulo Jorge Santiago Gomes da **Rosa**

Pedro Miguel Medina Rodrigo **Raposo**

Bloco de Esquerda (*BE*)

José Manuel Veiga Ribeiro **Cascalho**

Zoraida Maria de Almeida **Soares**

Coligação Democrática Unitária (*PCP-PEV*)

Aníbal da Conceição **Pires**

Partido Popular Monárquico (*PPM*):

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 57 Sras. e Srs. Deputados.

Pode entrar o público.

Vamos suspender os nossos trabalhos por alguns minutos, para que as Sras. e os Srs. Convidados tomem os seus lugares.

Agradeço que as Sras. e os Srs. Deputados se mantenham nos seus lugares.

(Eram 14 horas e 55 minutos)

Secretário (*José Ávila*): Em nome de Sua Excelência, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, declaro aberta a “Sessão Solene de tomada de posse do X Governo da Região Autónoma dos Açores”.

(Eram 15 horas e 30 minutos)

“Auto de posse

Aos dezoito dias do mês de Novembro do ano de dois mil e oito, compareceu perante a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, o Excelentíssimo Senhor Carlos Manuel Martins do Vale César, a fim de tomar posse do cargo de Presidente do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores, para que foi nomeado por Decreto do Representante da República para a Região Autónomas dos Açores nº 1/2008, de 14 de Novembro.”

“E tendo prestado a declaração de compromisso de honra e tendo assinado o auto por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores lhe foi conferida a posse do referido cargo.

Em firmeza do que se lavrou o presente auto que, depois de lido em voz alta, vai ser assinado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores e que eu, José Manuel Gregório de Ávila,

Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores fiz escrever e subscrevo.”

(O Presidente da Assembleia Legislativa assina o auto, seguido do Secretário da Mesa)

Presidente do Governo Regional da Região Autónoma dos Açores (*Carlos César*): Eu, abaixo-assinado, afirmo solenemente por minha honra, que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

(O Presidente do Governo Regional assina o auto)

Secretário: “Auto de posse

Aos dezoito dias do mês de Novembro do ano de dois mil e oito, compareceram perante a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores as individualidades abaixo indicadas a fim de tomarem posse dos cargos para que foram nomeadas, por Decreto do Representante da República nº 2/2008, de 14 de Novembro.”

Dr. Sérgio Humberto Rocha de Ávila – Vice-Presidente do Governo Regional.

Dr. André Jorge Dionísio Bradford – Secretário Regional da Presidência.

Dra. Maria Lina Pires de Sousa Mendes – Secretária Regional da Educação e Formação.

Dr. José António Vieira da Silva Contente – Secretário Regional da Ciência, Tecnologias e Equipamentos.

Dr. Vasco Ilídio Alves Cordeiro – Secretário Regional da Economia.

Dra. Ana Paula Pereira Marques – Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social.

Dr. Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia – Secretário Regional da Saúde.

Dr. Noé Venceslau Rodrigues – Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Professor Dr. José Gabriel do Álamo de Meneses – Secretário Regional do Ambiente e do Mar.

Dr. Rodrigo Vasconcelos de Oliveira – Subsecretário Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa.

Comandante Marcelo Leal Pamplona – Subsecretário Regional das Pescas.

“E tendo prestado a declaração de compromisso de honra e assinado o presente auto por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, lhes foi conferida a posse dos respectivos cargos.

Em firmeza do que se lavrou o presente auto, que depois de lido em voz alta vai ser assinado por Sua Excelência o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, e que eu, José Manuel Gregório de Ávila, Secretário da Mesa da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores fiz escrever e subscrevo.”

(O Presidente da Assembleia Legislativa assina o auto, seguido do Secretário da Mesa)

Secretário: Vice-Presidente do Governo Regional - Dr. Sérgio Humberto Rocha de Ávila.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): “Eu, abaixo-assinado, afirmo solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

(O Vice-Presidente do Governo Regional assina o auto)

Secretário: Secretário Regional da Presidência – Dr. André Jorge Dionísio Bradford.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): “Eu, abaixo-assinado, afirmo solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

(O Secretário Regional da Presidência assina o auto)

Secretário: Secretária Regional da Educação e Formação – Dra. Maria Lina Pires de Sousa Mendes.

Secretário Regional da Educação e Formação (*Maria Lima Mendes*): “Eu, abaixo-assinada, afirmo solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

(A Secretária Regional da Educação e Formação assina o auto)

Secretário: Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos - Dr. José António Vieira da Silva Contente.

Secretário Regional da Ciência e Tecnologia e Equipamentos (*José Contente*): “Eu, abaixo-assinado, afirmo solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

(O Secretário Regional da Ciência, Tecnologia e Equipamentos assina o auto)

Secretário: Secretário Regional da Economia – Dr. Vasco Ilídio Alves Cordeiro.

Secretário Regional da Economia (*Vasco Cordeiro*): “Eu, abaixo-assinado, afirmo solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

(O Secretário Regional da Economia assina o auto)

Secretário: Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social – Dra. Ana Paula Pereira Marques.

Secretário Regional do Trabalho e Solidariedade Social (*Ana Paula Marques*): “Eu, abaixo-assinada, afirmo solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

(A Secretária Regional do Trabalho e Solidariedade Social assina o auto)

Secretário: Secretário Regional da Saúde – Dr. Miguel Fernandes Melo de Sousa Correia.

Secretário Regional da Saúde (*Miguel Correia*): “Eu, abaixo-assinado, afirmo solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

(O secretário Regional da Saúde assina o auto)

Secretário: Secretário Regional da Agricultura e Florestas – Dr. Noé Venceslau Pereira Rodrigues

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*): “Eu, abaixo-assinado, afirmo solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

(O Secretário Regional da Agricultura e Florestas assina o auto)

Secretário: Secretário Regional do Ambiente e do Mar – Professor Dr. José Gabriel do Álamo de Meneses.

Secretária Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): “Eu, abaixo-assinado, afirmo solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

(A Secretária Regional do Ambiente e do Mar assina o auto)

Secretário: Subsecretário Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa – Dr. Rodrigo Vasconcelos de Oliveira.

Subsecretário Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa (*Rodrigo Oliveira*): “Eu, abaixo-assinado, afirmo solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

(O Secretário Regional dos Assuntos Europeus e Cooperação Externa assina o auto)

Secretário: Subsecretário Regional das Pescas - Comandante Marcelo Leal Pamplona.

Subsecretário Regional das Pescas (*Marcelo Pamplona*). “Eu, abaixo-assinado, afirmo solenemente por minha honra que cumprirei com lealdade as funções que me são confiadas.”

(O Subsecretário Regional das Pescas assina o auto)

(Após a tomada de posse dos Membros do Governo Regional, o Sr. Presidente da Assembleia tomou o seu lugar na Mesa)

Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

(Francisco Coelho): Exmo. Senhor Ministro da Administração Interna, em representação do Senhor Primeiro-Ministro, Excelência, Exmo. Senhor Representante da República, Excelência, Exmo. Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores, Excelência, Exmos. Senhores Deputados à Assembleia da República, Exmo. Senhor Juiz Conselheiro da Secção Regional dos Açores do Tribunal de Contas, Senhor Bispo de Angra, Excelência Reverendíssima, D. António, Senhoras e Senhores Deputados Regionais, Senhoras e Senhores Membros do Governo Regional, Magnífico Reitor da Universidade dos Açores, Senhor Presidente da Câmara Municipal da Horta, Senhor Presidente da Assembleia Municipal da Horta, Exmas. Autoridades Cívicas e Militares, Ilustres Convidados; Minhas Senhoras e Meus Senhores; Açorianas e Açorianos:

São necessários os ritos, não prescindimos dos símbolos. Por isso mesmo, aqui estamos todos, em dia de Festa. Para a Autonomia. Para a Democracia. Para os Açores.

Dando cumprimento – como sempre gostamos de dar – à nossa Constituição da República, que na poética, comovente e comovida, do seu Preâmbulo, lembra

que “A Revolução restituiu aos Portugueses os direitos e liberdades fundamentais”. E que “no exercício destes direitos e liberdades, os legítimos representantes do Povo reuniram-se para elaborar uma Constituição que corresponde às aspirações do País”.

E foi na decorrência das aspirações, dos anseios, da luta firme e tenaz dos povos insulares que a mesma Constituição finalmente lhes reconheceu um amplo poder de Auto-Governo.

E é no exercício desse poder que os legítimos representantes do povo açoriano, por direito e poder próprios de auto-instalação, aqui se reúnem hoje para, perante eles, ser empossado o nosso X Governo Autónomo – acto de maior simbolismo que a nossa Constituição consagra desde 2004.

O nosso sistema de governo autónomo é tipicamente parlamentar. Apenas dele dependendo, e perante ele respondendo, o nosso Governo – numa decorrência clássica da legitimidade directa dos Parlamentos.

É certo que os Parlamentos não concitam hoje, por parte da opinião pública e publicada, de grande estima ou do prestígio devido; o seu tipo de composição (grande assembleia); o seu tempo ritualizado (em tudo diverso do tempo mediático); o seu carácter plural e de antagonismo argumentativo (em contraposição com a unidireccionalidade construtora e discursivamente construtiva dos governos); a transparência, total e em directo da discussão e aprovação legislativas (em tudo diferente da discrição dos departamentos administrativos); o funcionamento segundo ritos e praxes regimentais – tendem a inculcar a ideia que os Parlamentos são aglomerações de muitos a discutir acaloradamente em vez de produzir.

A verdade, porém, é que não há Democracia sem Parlamentos autênticos, compostos por representantes do povo com legitimidade directa e genuína, detentores do primado da função legislativa e da aprovação dos orçamentos, e sancionadores do Programa do Governo – como brevemente faremos. E que tem igualmente a prerrogativa da fiscalização política do Executivo.

Temos assim, todos sem excepção, a sempre renovada mas difícil tarefa de, pelo nosso exemplo e pelo regular e digno funcionamento institucional, fazer a

pedagogia da nobreza da actividade parlamentar que é, ao cabo e ao resto, a da Democracia.

Excelentíssimas Autoridades, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

É certo que podemo-nos orgulhar da nossa tradição parlamentar. Aqui, as regras cumprem-se, as oposições vêem respeitados os seus direitos, participam da Mesa e presidem a Comissões.

Aqui podem vir – e têm vindo felizmente – as mais diversas Autoridades nacionais, desde as governativas ao Senhor Presidente da República. Porque todos têm como certo que aqui a liberdade, firmeza e frontalidade de posição, bem como a pluralidade de convicções e argumentação sempre casaram bem com o estrito cumprimento das regras democráticas e o liso e devido trato institucional.

Sabemos, há muito e de ciência exacta, que não há verdadeira Autonomia fora do Estado de Direito, que a regulamenta e parametriza, a começar materialmente pela Constituição da República. É por isso que a Autonomia nasce e legitima-se nas profundas e perenes aspirações, firmeza emancipadora e singularidade identitária do povo açoriano – mas o seu reconhecimento constitucional é uma importante homenagem relegitimadora dum percurso histórico de dignidade diferenciada e de auto-governo.

E quando reivindicamos e conseguimos, por exemplo, uma revisão constitucional que se consubstancia num aprofundamento autonómico – só podemos ser os mais interessados no seu cumprimento e sermos também os primeiros – como mais uma vez quisemos ser – a proceder à sua concreta regulamentação, através de adequada actualização, concretização e desenvolvimento estatutários.

O processo de revisão estatutária que unanimemente este Parlamento fez aprovar e enviar à Assembleia da República, independentemente de voltar ou não a requerer a nossa intervenção formal, fez um imperativo trânsito para este novo ciclo político. Porque – Minhas Senhoras e Meus Senhores – as convicções não caem com mudanças de estação nem a justeza autonómica caduca com a Legislatura.

Estou confiante que, nesta matéria, manteremos a serenidade das convicções a falar mais alto do que o ruído mediático, tantas vezes mal informado e fundamentado, mas quase sempre preconceituoso; que o consenso autonómico que perpassa pelo nosso espectro político sem excepção se reforçará, como espelho iniludível da força, vitalidade e autonomia dos seus protagonistas. Só a resistência e persistência, firmeza e dignidade de sucessivas gerações de açorianos nos permite estar aqui hoje. Não foi de cócoras que se conquistou a Autonomia. Nem pisando um percurso de flores e mel sob o aplauso compreensivo dos que estão longe da nossa condição e é-lhes como que estrangeiro o Portugal de bruma e lava. E por isso mesmo é tão urgente e necessária, como patriótica, a defesa autonómica.

Excelentíssimas Autoridades, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Se fizermos, porém, um pequeno esforço de memória, imperioso é lembrar que, há pouco mais de vinte anos, o mesmo frémito de espanto e preconceito percorreu e uniu a Pátria dos jornais por causa do nosso Estatuto. O precedente de então tinha a ver com bandeiras e símbolos. Salvou-se o Estatuto, com a versão possível. Passados poucos anos, foi o Ministro da República que não prescindiu de honrar o cargo, a Autonomia e a Pátria hasteando na sua sede a Bandeira dos Açores – prática desde o início adoptada pelo Representante da República.

Confiámos pois todos que, na inexorável marcha do tempo, brevemente galhofaremos que um dia, com feroz consenso, desdizendo práticas políticas e posições doutrinárias, a pretensão de sermos ouvidos, constitucional e enfaticamente sublinhada com um sempre, foi tida por quase traição a que se deveria repreender com um prático e patrioteiro “nunca”.

E é neste intervalo entre o “sempre” da Constituição e o “nunca” dos preconceitos que temos que optar. Sem medo de aparentes e provisórias solidões, que o tempo dá sempre homenagem à razão e à coerência.

Espero pois que brevemente, dando resposta institucional devida ao impulso unânime e generoso com que esta Assembleia construtivamente respondeu ao repto que a revisão constitucional de 2004 lhe lançou, a República – através dos

competentes órgãos de Soberania – culmine este processo legislativo pactuado e não hierárquico, com a re-re-aprovação, promulgação, publicação e vigência da nossa revisão estatutária. Até porque já provámos o quanto baste que cultivamos com afinco as virtudes da paciência democrática e contenção institucional.

Excelentíssimas Autoridades, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Mas falemos também de coisas mais felizes. Aqui estão reunidos os Representantes Legítimos do Povo dos Açores que, por direito próprio, ontem se auto-instalaram e se auto-organizaram. Hoje, perante nós, e na presença das mais Altas Autoridades, toma posse o X Governo Regional dos Açores, após ter sido nomeado por Sua Excelência o Senhor Representante da República, nos termos constitucionais e estatutários aplicáveis.

Em Democracia, a posse de um novo Governo é, e deve ser sempre, motivo de alegria e renovada esperança. Porque sufragado pelo contrato democrático, é sempre um novo tempo que começa, ainda que em decorrência lógica e coerente com o próximo passado.

E quando o povo, soberano e titular do poder político, o empresta de forma clara, inequívoca e reiterada, há razões acrescidas para presumir que essa vontade é firme e esclarecida.

Senhor Presidente do Governo:

É pois um dever saudá-lo, de forma muito calorosa e muito amiga, no primeiro dia do início de mais um ciclo de governação, por sinal o quarto que reiterada e consecutivamente, os Açorianos, com a intermediação deste Parlamento, lhe conferem. As suas conquistas e os seus sucessos serão também e sempre as conquistas e os sucessos dos Açores e dos Açorianos – razão mais do que suficiente, por si só, para lhe desejar as maiores felicidades pessoais e institucionais.

Será pois com muito gosto, com muita honra e total disponibilidade que cumprirei os deveres de lisura, cooperação e lealdade institucionais a que mutuamente estamos obrigados.

Quero também saudar muito vivamente aqueles que livremente escolheu para, sob a sua liderança, o ajudarem a conduzir os destinos executivos dos Açores: aos mais experientes, saúdo com desculpável cumplicidade; aos mais novos na gestão dos assuntos da Cidade, quero agradecer-lhes a generosidade, o inconformismo e a coragem para secundarizar a vida pessoal em prol do Serviço Público. E tenho a certeza que não se assustarão com a tentação de alguns poucos que têm sempre o hábito, tão patriótico porque tão português, de receber à faca os que chegam e só depois aquilatar da sua valia e qualidade.

Mas é claro que o jogo democrático implica divergência e discordância. É óbvio que no são confronto político aquilo que para alguns é experiência e mais valia, para outros seja visto como cansaço e esgotamento. Uns acharão que a renovação e o risco, consubstanciados na aposta nos mais novos, sempre implica e reconhece o auto-afastamento dos mais experientes, conhecidos e/ou reconhecidos. E nem é sequer de todo impossível que ambas as coisas sejam ditas pelos mesmos.

Mas com isto também devemos sincera e genuinamente alegrarmo-nos – porque é imorredora prova que o livre jogo de opiniões e a divergência são regra aceite, natural e instituída. E que a Democracia, o debate e o pluralismo são não apenas tolerados, mas desejados e activamente procurados.

A composição deste Parlamento, que reflecte também as previstas e desejadas consequências da aprovação da última revisão à nossa Lei Eleitoral diz tudo acerca de como consensualmente entendemos a Democracia: na exacta proporção da vontade popular e tão mais rica quanto plural.

Excelentíssimas Autoridades, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Gostaria ainda se saudar vivamente o Senhor Representante da República, com que igualmente trabalharei, nas relações institucionais que necessariamente manteremos, com o máximo gosto pessoal, e a maior lisura e lealdade funcionais.

Já noutras funções tive o gosto de constatar o impecável trato pessoal, a perfeita postura institucional e a discrição muito atenta com que V. Excia, Senhor Representante da República, tem vindo a exercer o seu cargo – para além de,

julgo saber, por livre acto de vontade, se ter, há muito, feito açoriano. Bem haja!

Excelentíssimas Autoridades, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Os órgãos de Governo Próprio dos Açores estão, após relegitimação, instalados e empossados. Vamos todos fazer, nos palcos institucionais respectivos que o Povo nos emprestou, o melhor pelos Açores e pelos açorianos. Com criatividade e energia, firmeza, coerência e convicção. Em suma com Alma Açoriana.

Viva os Açores! Viva Portugal!

Muito obrigado.

Aplausos das bancadas do Governo, PS, CDS/PP, CDU, PPM, do Sr. Deputado Pedro Gomes do PSD e Convidados presentes)

Tem agora a palavra o Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores.

Presidente do Governo Regional dos Açores (*Carlos César*): Senhor Ministro da Administração Interna, Excelência, Senhor Representante da República, Excelência, Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, Excelência, Senhor Juiz Conselheiro, Presidente da Secção Regional do Tribunal de Contas, Autoridades Cíveis e Militares presentes, Srs. Deputados à Assembleia da República, Sr. Presidente da Câmara Municipal da Horta, Sr. Bispo de Angra e Ilhas dos Açores, Excelência Reverendíssima, Sras. e Srs. Deputados Regionais, Sras. e Srs. Membros do Governo, Ilustres Convidados, em particular os antigos Deputados, Açorianas e Açorianos:

Pela segunda vez na História da nossa Autonomia, o Governo dos Açores toma posse perante o Parlamento, na sequência dos decretos de nomeação assinados pelo Senhor Representante da República na Região Autónoma dos Açores. Destaca-se, dessa forma, e muito bem, a natureza matricial da Assembleia na organização política do poder regional e a condição democrática primordial do regime autonómico.

Saúdo, por isso e desde logo, as senhoras e os senhores deputados, desejando-lhes o maior sucesso na sua missão representativa e no reforço do prestígio da função parlamentar, devendo, todos os partidos representados, contar com o Governo nos esforços de diálogo e concertação que beneficiem os Açores e os Açorianos.

Saúdo, igualmente, o Senhor Presidente da Assembleia ontem eleito – o Dr. Francisco Coelho –, a quem dirijo as minhas felicitações pessoais e em nome do Governo, e a quem asseguro a melhor colaboração institucional no respeito pelas competências e atribuições de cada um dos órgãos de governo próprio.

Por vontade do Povo Açoriano, esta Assembleia ganhou diversidade com a presença de um maior número de formações partidárias e, certamente, um acréscimo de dinamismo que será proveitoso no aprofundamento do debate político.

Não esqueçamos, todavia, que assim é, também, por aplicação da nova Lei Eleitoral – proposta pelo Partido Socialista e entretanto aprovada – sem a qual, com o mesmo número de votos, e nesta Legislatura, o PCP e o Bloco de Esquerda não teriam representação e os dois maiores partidos da oposição teriam menos deputados.

O Parlamento reconstituído é, pois, o resultado não só do voto livre dos cidadãos como também de uma democracia aprofundada e construída com maior apuro, inclusive nas suas formalidades, pela maioria reconfirmada nestas eleições.

Não só por isso, mas também porque assim foi e assim é, os Açores continuam a ser um espaço democrático vitalizado, que tem encontrado na participação organizada de associações e de pessoas na esfera pública uma expressão adicional de fruição.

São centenas as organizações e milhares as açorianas e os açorianos que dão corpo, diariamente, a processos geradores de formação da vontade e de decisões políticas, de proximidade consultiva e de execução de funções e serviços públicos.

A democracia açoriana, apesar de perturbada pela elevada abstenção em eleições como a última ocorrida, encontra nessa pulsão participativa um valor inequívoco e acrescido no nosso sistema de governo, que lhe incute qualidade. Compete, todavia, a todos os partidos, começando pelos que mobilizam menos eleitores, contribuir com maior eficiência para a atractividade dos nossos processos eleitorais. O Governo deverá igualmente prosseguir um esforço muito sério no sentido do incentivo ao exercício dos deveres cívicos que estão em causa.

Os resultados das eleições regionais do passado dia 19 de Outubro, apesar da abstenção verificada, não deixaram margem para dúvidas. O Partido Socialista, que volta a formar governo, obteve uma expressiva vitória, deixando a vinte pontos percentuais o segundo partido mais votado e a quarenta o terceiro.

Foi a reconfirmação de um ciclo político que, após doze anos, recebeu mais uma manifestação de apoio e de estímulo à sua continuidade, em que o partido liderante – o Partido Socialista – obteve a sua segunda maior votação de sempre, vencendo em todas as ilhas dos Açores e em dezoito dos dezanove concelhos da Região.

Como decorre de uma mudança de Legislatura, estamos, pois, perante um novo governo, resultante da afirmação da vontade popular. Mas também, e em parte, estamos perante um governo novo, alterado na sua composição e rectificado na sua articulação competencial.

Permitam-me, em consequência, que agradeça aqui e referencie a colaboração leal e proficiente dos membros do governo cessante, mencionando, em especial, os casos dos agora senhores deputados professor doutor Duarte Ponte e Dr. Domingos Cunha.

Evoco, de forma solene e saudosa, a figura do grande servidor público e cidadão amante da sua terra, infelizmente prematuramente falecido, o Dr. Carlos Corvelo, ao qual devo – atrevo-me a dizer, devemos – um agradecimento profundo e uma homenagem muito sentida.

O X Governo Regional, na esteira da formação do grupo parlamentar que o apoia, apresenta-se renovado na titularidade da maior parte dos seus

departamentos, com gente nova e com uma energia redobrada; partimos, para mais esta nova etapa deste ciclo político, com uma experiência consolidada, mas com o mesmo espírito criativo e empreendedor do primeiro dia.

Prosseguimos com elevado sentido de responsabilidade, reconhecendo, com a mesma humildade, os sucessos e as dificuldades que marcam o nosso presente.

Empreendemos uma extraordinária mudança: os Açores que temos ganharam, ao longo da última década, mais liberdade, mais participação, mais energias, mais oportunidades, mais protecção social, mais qualificação, mais inovação e modernidade, mais economia privada, mais empresas, mais emprego.

Há mais Açores no País, mais Açores na Europa e no estrangeiro, mais conhecimento e respeito pelos Açores e pelos açorianos.

A economia da nossa Região continua a crescer mais do que a economia nacional e do que a média das da União Europeia.

Os nossos concidadãos, residentes nas Américas e no continente português, orgulham-se do progresso do arquipélago das suas origens e surpreendem-se positivamente sempre que regressam às nossas ilhas.

A taxa de desemprego nos Açores voltou hoje a diminuir e a ser a mais baixa entre todas as regiões do País, ao mesmo tempo que a nossa população activa cresce e o número de empregados atingiu, no final do último trimestre deste ano, a sua maior expressão.

A paz social tem sido uma constante e um sinal da capacidade que temos revelado de governar com resultados e com sentido de justiça.

Mas se muito está bem, como é sério e justo reconhecer, não podemos nem devemos ignorar obstáculos que perduram, patamares que ainda não transpusemos e dificuldades que sobrevieram. As mudanças estruturais e de diferenciação na organização social que nos é envolvente suscitam novas preocupações e novas prioridades políticas.

A crise financeira e económica internacional, que afecta mercados e sociedades a que estamos ligados, é, sem dúvida, um desafio para nós, que temos de ultrapassar e vencer, minorando os seus efeitos nos orçamentos das nossas famílias e na actividade e gestão das nossas empresas.

Com rapidez surpreendente, situações e fenómenos emergentes como o aumento da esperança de vida e da idade da reforma, o acesso das mulheres a certos segmentos do mercado de trabalho, a entrada mais tardia dos jovens nesse mercado, a precariedade na tipificação tendencial das relações laborais, o papel revalorizado dos emigrados regressados e dos imigrantes quer na economia quer nas definições sociais e culturais, a fragilização das funções e do núcleo familiar, os novos paradigmas introduzidos pela sociedade da informação e pelos sistemas tecnológicos, os efeitos das alterações climáticas e ambientais, a escassez de certos recursos naturais e piscícolas, as questões de segurança nos contextos da globalização e da nova criminalidade, a alteração de sistemas éticos e de valores que padronizavam a organização e a estabilidade das comunidades, entre outros, mudam ou recentram as atenções e as prioridades da decisão política.

Assumimos, por isso, necessariamente, na continuidade do nosso projecto governativo açoriano, uma nova visão e uma nova ambição na abordagem dessas novas realidades, e disso falámos aos açorianos ao longo da última campanha eleitoral. O simples passar do tempo deve convocar-nos para a antevisão e para a antecipação, recomendando flexibilidade, inventiva e juízo crítico.

É assim que desejo que o X Governo actue, mudando sempre o que é preciso e o que é bom mudar.

Ver aumentar um problema e limitarmo-nos a fazer o mesmo, não é aceitável; ver crescer um sucesso consolidado e continuar a despender recursos que se tornaram de aplicação desnecessária, não é racional.

A mudança não é uma expiação, pelo que o Governo nunca deve hesitar em mudar e inovar tantas vezes quantas forem precisas.

Temos sido, queremos e vamos continuar a ser, desse modo, um governo promotor da mudança. Por essa razão, os que, como o ainda maior partido oposição, vaticinavam estarmos perante o fim de um ciclo político, e que o repetem agora, falharam no seu augúrio no passado e voltarão certamente a

falhar no futuro. Aliás, nada nos mostram de futuro e pouco mais fazem do que reapresentar o seu próprio passado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

O segundo semestre de 2008 tem sido marcado por uma inversão nas tendências de evolução da economia mundial, vivendo-se hoje, em todo o mundo, num clima de incerteza e preocupação provocado pela desadequação do liberalismo financeiro enquanto alavanca de crescimento da economia mundial.

Com origem nos Estados Unidos, a instabilidade nos mercados financeiros alastrou-se rapidamente à Europa, resultando numa imprevisível e vertiginosa desvalorização dos activos das instituições financeiras e na correspondente redução da capacidade dos bancos financiarem a actividade económica.

A redução drástica da liquidez nos mercados internacionais fez rever em baixa as previsões de crescimento económico mundial, passando-se, nos últimos quatro meses, de uma situação de crescimento económico seguro para perspectivas de estagnação e até mesmo de recessão nas principais economias mundiais, muito influenciada pela diminuição dos fluxos financeiros que sustentavam o incremento da produção.

É esta a realidade com que nos confrontamos à escala mundial. Ignorar ou iludir os seus efeitos na nossa Região seria, obviamente, uma irresponsabilidade, mas é ainda mais irresponsável e seguramente mais nefasto para a nossa economia incorporar artificialmente essa crise, convocando-a até à exaustão, como o fazem alguns, sem antes compreender as suas causas e as suas eventuais consequências locais.

Em Novembro de 2007, aquando do encerramento do debate do Orçamento da Região para este ano, assumi, aqui mesmo, como prioridade do Governo dos Açores minimizar os impactos que a subida significativa e conjugada das taxas de juro, do preço dos combustíveis e do preço das matérias primas, especialmente dos bens alimentares, estavam a ter no rendimento das famílias e na rentabilidade das empresas açorianas.

Nessa altura, todas as previsões e todos os indicadores apontavam para o agravamento progressivo dessa situação durante o ano de 2008. Afinal, a

própria crise financeira e económica mundial alterou essa tendência, que até muito recentemente penalizava o rendimento das famílias e das empresas açorianas.

Se até 7 de Outubro passado as taxas de juros de referência aumentavam constantemente, por via da opção do Banco Central Europeu de dar prioridade ao controle da inflação, a crise internacional obrigou o BCE a rever a sua política e a baixar rápida e progressivamente as taxas de juros, com efeitos imediatos nos indexantes, pelo que se espera que a curto prazo resultem efeitos muito positivos na recuperação do rendimento disponível das famílias e uma redução nos encargos financeiros das empresas.

Se até 14 de Julho o preço do petróleo também aumentava diariamente, prevendo-se, na altura, que no final deste ano atingisse os 200 dólares por barril, a crise económica internacional reduziu substancialmente a procura e o custo deste produto, estando hoje o petróleo a ser transaccionado a menos de 60 dólares, o que permitiu, a partir de Setembro, uma redução sustentada do preço dos combustíveis nos Açores.

Igualmente o preço das matérias-primas, especialmente dos produtos alimentares, por via da conjuntura recessiva, inverteu a sua trajectória ascendente, com benefícios para algumas actividades económicas e para os consumidores açorianos.

Se há apenas um ano, num cenário internacional de expansão económica, tinha grandes preocupações – que manifestei neste parlamento, com o impacto negativo continuado que os aumentos sucessivos das taxas de juro, dos combustíveis, das matérias primas e dos bens alimentares teriam nas famílias e empresas açorianas –, hoje, as expectativas e a confiança na continuação de uma diminuição sustentada desses preços fazem-me acreditar que se abrem novas perspectivas para que, em 2009, se inicie a recuperação dos níveis de rendimento das famílias e empresas que foram prejudicadas pelos efeitos da conjuntura internacional.

Não devemos, pois, nem desprezar nem sobrevalorizar o impacto regional de crises internacionais com as características da actual, e devemos também identificar as oportunidades e os benefícios que advêm da sua evolução.

Rejeito a ignorância intencional ou tendencial das dificuldades com a mesma razão com que rejeito a propaganda desenfreada da crise, que levou, por exemplo, a nossa televisão regional, na primeira parte de um dos seus serviços noticiosos, a mencionar, através de vários intervenientes, a palavra “crise” trinta e duas vezes em pouco mais de trinta minutos.

Ainda esta semana, na sequência do compromisso que assumi com os empresários no decurso da campanha eleitoral, terei um encontro com os presidentes das câmaras de comércio e indústria com vista a equacionar eventuais medidas de relançamento do consumo e da economia e de recuperação do crédito e da capitalização das empresas. O Governo e o Partido Socialista estão empenhados com esses propósitos.

É nessa consciência, em ambiente construtivo e de trabalho, e com esse estado de espírito, que devemos, com confiança, criatividade e espírito empreendedor, encarar o futuro próximo.

Nós acreditamos nos Açores.

O X Governo Regional incorpora várias alterações na sua organização estrutural que tiveram em conta a sinalização e a asseveração de outras prioridades.

É assim, por exemplo, que a habitação surge predominantemente associada às políticas de promoção social, onde se valoriza a promoção da igualdade de oportunidades e a defesa do trabalho, dos trabalhadores, das famílias, da concorrência económica, das empresas e dos consumidores, sob uma coordenação superior comum.

É nesse contexto de apostas que entendi reforçar a concentração da atenção governativa nos sectores da educação e da saúde, destacando neste último o tratamento mais especializado da prevenção e combate às dependências e do desenvolvimento dos cuidados continuados.

É com a mesma intenção de destaque que se alia a questão energética à política ambiental, ou que se concentra toda a intervenção reportada ao sector das comunicações na mesma secretaria regional, voltando a enfatizar o desenvolvimento da ciência e da tecnologia.

É no reconhecimento da necessidade de acelerar as acções conducentes à coesão territorial que assumimos a coordenação dos respectivos investimentos a um nível superior de transversalidade na vice-presidência, ou do tratamento das problemáticas juvenis ao nível da presidência, ou que, ao invés, redireccionamos a promoção do investimento externo para sectores específicos, como o turismo ou os transportes, noutra âmbito departamental.

É respondendo com uma ênfase acrescida às envolventes externas, nas vertentes dos assuntos europeus e da cooperação em geral, que aumentámos as instâncias ao nível governamental para creditar ainda melhor a nossa representação e a defesa dos nossos interesses nesses âmbitos.

É com o intuito de reconfirmação da actividade agrícola e florestal como elemento da competitividade e identidade da economia insular e do nosso mundo rural que o mantivemos na sua configuração orgânica anterior.

Pretendo, assim, que o Governo actue da forma mais eficiente e concatenada, afirmando prioridades e ficando mais perto dos anseios e da solução dos problemas dos Açorianos e dos desafios que se colocam aos Açores.

Contamos com todos, incluindo com outros níveis da administração que concorrem para o desenvolvimento regional – evidentemente, com as instâncias inspectivas e os tribunais, na sua acção pedagógica e de aplicação obrigatória, mas, de forma muito complementar e exigente, com a acção e a cooperação dos órgãos das autarquias locais e de soberania.

Reforçaremos a cooperação técnica e financeira com as autarquias nos seus novos mandatos, apoiando-as no quadro de delimitação de competências estabelecido e da Lei de Finanças Locais, com total transparência e observância da neutralidade partidária.

Continuaremos a trabalhar em conjunto com o Governo da República, prosseguindo uma boa relação – que propiciou nesta última legislatura ganhos

como o da aprovação da revisão da Lei de Finanças das Regiões Autónomas e do novo Quadro europeu de Referência Estratégica para os Açores – mas mantendo um grau de exigência que aproxime mais a administração central do cumprimento pleno das suas obrigações nesta parte do território nacional.

Os Açores têm reclamado a clareza e os conteúdos que entende adequados às capacidades necessárias para o exercício das suas prerrogativas de autogoverno no contexto nacional e à escala regional da União Europeia.

A revisão do Estatuto Político-Administrativo da nossa Região, em fase final de apreciação na Assembleia da República, é um contributo muito importante nesse sentido, ficando reservada a esta Assembleia Legislativa a exigente missão de aproveitar, com qualidade e com oportunidade, os novos instrumentos que ficarão ao nosso dispor numa linha de concretização da Revisão Constitucional de 2004.

É verdade que, infelizmente, vivemos num País que, a espaços, nem sempre se respeita ou que se engana a si mesmo quando ignora, instrumentaliza para outros fins ou desconfia das partes que o compõem. Isso mesmo já se passou em várias circunstâncias, como no caso das revisões estatutárias e desta última em particular. Estamos, porém, confiantes no nosso futuro, o qual, como o nosso passado, deve ser forjado na iniciativa açoriana apoiada na solidariedade nacional.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Ilustres Convidados, Açorianas e Açorianos:

Queremos continuar a merecer a confiança do Povo Açoriano e a honrar os Açores.

Quero que o Governo e que o partido que o apoia continuem atentos à voz do povo, pondo imediatamente termo, com firmeza, a quaisquer assomos de arrogância se e quando ocorrerem; quero que continuemos a preservar a governação açoriana da corrupção e do abuso de poder, mantendo a nossa conduta cívica exemplar e permanecendo vigilantes; quero que o Governo prossiga isento de comportamentos ilícitos, nunca beneficiando interesses particulares estranhos à boa administração; quero que cada um de nós, o

Governo e os que nos ajudam, se distingam como decisores pelo bem comum, como construtores do interesse público e como trabalhadores diligentes da grande casa açoriana.

Quero que se faça luz na esperança e na nossa vida colectiva.

Quero que se diga, com razões acrescidas, “Que bom é ser Açoriano!”

Viva os Açores!

(Aplausos das bancadas do Governo, PS, CDS/PP, BE, CDU e Convidados presentes)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores:

Declaro encerrada esta Sessão Solene de tomada de posse do X Governo Regional dos Açores.

A todos muito obrigado.

Boa tarde.

(Eram 16 horas e 45 minutos)

O Redactor, *José Rodrigues da Costa*